

FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE EM ALFABETIZAÇÃO: O ALFALETRANDO COMO POLÍTICA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

TEACHER EDUCATION AND PRACTICE IN LITERACY: ALFALETRANDO AS A PUBLIC POLICY IN THE FEDERAL DISTRICT

FORMACIÓN Y PRÁCTICA DOCENTE EN ALFABETIZACIÓN: EL ALFALETRANDO COMO POLÍTICA PÚBLICA DEL DISTRITO FEDERAL

Fabricio Martins da Silva Felix¹

Resumo: O artigo analisa a estrutura, os fundamentos e as diretrizes do Programa Alfaletorando, implementado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como política pública de alfabetização. A ancorado em uma abordagem qualitativa e por meio de análise documental, o estudo examina a relação entre o Alfaletorando e as diretrizes nacionais do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). A investigação evidencia que o Programa integra ações formativas, acompanhamento pedagógico e valorização de práticas educativas contextualizadas, buscando garantir a alfabetização de todas as crianças até os sete anos de idade. Os resultados apontam avanços na organização administrativa e pedagógica da SEEDF, mas também destacam desafios como a efetiva implementação nas escolas e a necessidade de maior investimento em infraestrutura e formação docente. Conclui-se que o Alfaletorando representa uma política promissora, porém dependente de condições institucionais e pedagógicas que sustentem sua continuidade e impacto.

Palavras-chave: alfabetização, políticas públicas, formação docente.

Abstract: This article analyzes the structure, foundations, and guidelines of the Alfaletorando Program, implemented by the State Secretariat of Education of the Federal District (SEEDF) as a public literacy policy. Anchored in a qualitative approach and through documentary analysis, the study examines the relationship between Alfaletorando and the national guidelines of the National Commitment to Child Literacy (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA). The investigation shows that the Program integrates training actions, pedagogical monitoring, and the enhancement of contextualized educational practices, aiming to ensure literacy for all children by the age of seven. The results point to advances in the administrative and pedagogical organization of SEEDF, but also highlight challenges such as effective implementation in schools and the need for greater investment in infrastructure and teacher education. It is concluded that Alfaletorando represents a promising policy, though contingent upon institutional and pedagogical conditions that sustain its continuity and impact.

Keywords: Literacy; Public policies; Teacher education.

Resumen: El artículo analiza la estructura, los fundamentos y las directrices del Programa Alfaletorando, implementado por la Secretaría de Estado de Educación del Distrito Federal (SEEDF) como política pública de alfabetización. Anclado en un enfoque cualitativo y mediante análisis documental, el estudio examina la relación entre el Alfaletorando y las directrices nacionales del Compromiso Nacional Niño Alfabetizado (Compromiso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA). La investigación evidencia que el Programa integra acciones formativas, acompañamiento pedagógico y valorización de prácticas educativas contextualizadas, buscando garantizar la alfabetización de todos los niños hasta los siete años de edad. Los resultados señalan avances en la organización administrativa y pedagógica de la SEEDF, pero también destacan desafíos como la implementación efectiva en las escuelas y la necesidad de una mayor inversión en infraestructura y formación docente. Se concluye que el Alfaletorando representa una política prometedora, aunque dependiente de condiciones institucionales y pedagógicas que sustenten su continuidad e impacto.

Palabras clave: Alfabetización; Políticas públicas; Formación docente.

¹ Mestrando. UnB.

1 Desafios e caminhos da alfabetização no contexto brasileiro e distrital

Os processos de alfabetização e letramento são fundamentais para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita, para a garantia do direito à educação de qualidade e para a formação de sujeitos críticos e socialmente participativos. No cenário educacional brasileiro, tais processos têm sido historicamente marcados por desafios que envolvem a formação inicial dos professores, as condições concretas de trabalho e a efetiva implementação de políticas públicas destinadas à superação das desigualdades de aprendizagem.

As persistentes desigualdades educacionais no Brasil têm raízes em um modelo excludente de escolarização, que historicamente marginalizou populações pobres, negras, indígenas e do campo, negando-lhes o acesso pleno à alfabetização. Neste contexto, os programas governamentais voltados à alfabetização emergem não apenas como iniciativas pedagógicas, mas como políticas de reparação histórica e de enfrentamento das desigualdades estruturais (Nascimento, 2019).

Tais desafios evidenciam a complexidade do cenário educacional brasileiro, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas e sensíveis às desigualdades de classe, raça e de gênero. Entre os marcos mais relevantes da atuação do Governo Federal na implementação de políticas públicas voltadas à alfabetização e o letramento estão o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), o Pró-Letramento e o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), todos voltados à formação continuada de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Recentemente, em 2023, foi lançado o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que articula os entes federativos na busca pela garantia da alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental. No entanto, a efetividade desses programas demanda interpretações, adaptações e implementações locais, como no contexto do Distrito Federal (DF). (Brasil, 2023)

Apesar dos avanços, o contexto da alfabetização e do letramento no DF ainda apresenta desafios significativos, especialmente no que se refere às crianças matriculadas no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). Em 2024, segundo dados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), mais de 56 mil estudantes estavam matriculados nessa etapa, o que exige um esforço estruturado para assegurar a alfabetização na idade certa (Agência Brasília, 2024).

Entre os principais obstáculos estão: a defasagem de aprendizagem decorrente do período de ensino remoto durante a pandemia da Covid-19; as desigualdades de acesso a recursos pedagógicos e tecnológicos; e a necessidade contínua de formação dos professores alfabetizadores. Soma-se a isso, a diversidade sociocultural e linguística dos estudantes, o que impõe o desafio de promover práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis às realidades locais (Agência Brasília, 2024).

Diante deste cenário, destaca-se a implementação do Currículo em Movimento da

Educação Básica, instituído pela SEEDF como instrumento orientador das práticas pedagógicas na rede pública. Essa política curricular tem como objetivo promover educação democrática, equitativa e de qualidade social, alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (SEEDF, 2014; Brasil, 2017).

No campo específico da alfabetização, o Currículo em Movimento assume papel estratégico ao reconhecer a centralidade da linguagem como prática social e a importância da valorização dos saberes das crianças e de suas comunidades, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes (SEEDF, 2014; Brasil, 2017).

Embora o Distrito Federal apresente uma das menores taxas de analfabetismo do país (1,7%) (SEGOV, 2024), a universalização da alfabetização exige investimentos públicos contínuos em infraestrutura, valorização docente e avaliação diagnóstica. Neste contexto, o Programa de Alfabetização do DF – Alfaletando – surge como uma política estratégica, voltada a fortalecer as práticas de alfabetização e letramento na rede pública, uma vez que articula formação continuada, valorização docente e práticas pedagógicas contextualizadas.

Para contemplar o problema de pesquisa e seus respectivos objetivos, este estudo se organiza em quatro seções, além desta introdução: na seção 2, apresento Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com objetivo de mapear as estruturas da política pública e seus desdobramentos no Distrito Federal; na seção 3, explico os procedimentos metodológicos que fundamentaram esta pesquisa; na seção 4, organizo a estrutura e o funcionamento administrativo e pedagógico do Programa Alfaletando e, por fim, na seção 5, realizo uma síntese conclusiva do estudo.

2 O compromisso nacional criança alfabetizada: fundamentos, estrutura e diretrizes

Ao analisarmos a historicidade das políticas públicas de educação no Brasil, especialmente aquelas voltadas à alfabetização, notamos que o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, tem atuado em regime de colaboração com os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e os Municípios – na formulação de normas e diretrizes que orientam a organização institucional, pedagógica e administrativa das redes de ensino e das unidades escolares. Essa atuação colaborativa tem como objetivo garantir a efetividade das políticas educacionais e, sobretudo, respeitar as diversidades locais, a partir de um compromisso nacional comum: o direito à alfabetização na idade certa.

Desse modo, a alfabetização das crianças brasileiras na idade certa configura-se como meta recorrente e, ao mesmo tempo, desafiadora das políticas públicas educacionais do país, que são marcadas, historicamente, por avanços, retrocessos, reformulações e, sobretudo, por descontinuidade das ações, uma vez que perpassam por diferentes gestões governamentais.

Nesse contexto, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) emerge como principal iniciativa da nova gestão do Governo Federal voltada à garantia do direito à educação

pública e de qualidade, consolidando-se como uma nova política brasileira de alfabetização e letramento.

O CNCA, enquanto programa interfederativo, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, apresenta como meta principal a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o fim do 2º ano do Ensino fundamental, bem como a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos, impactados pelos efeitos da pandemia da Covid-19.

Ancorado pelos princípios da colaboração federativa, do direito à alfabetização, da equidade educacional, do pluralismo de concepções pedagógicas, do respeito à liberdade e da tolerância, do reconhecimento e da valorização da diversidade étnico-racial e regional, da autonomia pedagógica e da valorização docente, o CNCA se estrutura em 5 eixos, conforme descrito abaixo.

Quadro 1 – Organização dos eixos estruturantes do CNCA

Eixos	Responsável pela Execução	Objetivos	Composição
Governança e Gestão da Política de Alfabetização	Comitê Estratégico Nacional do Compromisso (Cenac).	Acompanhar planos de ação, avaliar relatórios de monitoramento e subsidiar decisões do MEC.	Secretários Estaduais e Municipais de Educação (ou representantes) em Comitês Estaduais.
Formação de Profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escola	Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Redalfa).	Garantir a gestão das ações pactuadas no Compromisso.	Coordenada pela Secretaria de Educação Básica do MEC.
Melhoria e qualificação da infraestrutura Física e insumos pedagógicos	Ministério da Educação (MEC).	Apoiar a expansão e qualificação da infraestrutura escolar e pedagógica	Distribuição via PAR e PDDE.
Sistema de avaliação	MEC e Inep.	Subsidiar políticas de alfabetização e reduzir desigualdades de aprendizagem.	Análise dos dados do Saeb em colaboração com os entes federativos.
Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas	MEC, secretarias estaduais e municipais de educação.	Identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão bem-sucedidas.	Definido por cada Secretaria de Educação.

Fonte: Elaborado a partir do Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023

A partir da análise da estrutura organizacional apresentada, observa-se o esforço do Governo Federal em articular diferentes instâncias federativas, promovendo uma governança compartilhada e multissetorial. Essa configuração aponta para uma tentativa de superar a fragmentação histórica das políticas de alfabetização no Brasil, apostando em ações coordenadas que consideram as especificidades regionais e locais

Os pressupostos apresentados coadunam-se com a compreensão de que a efetividade de uma política pública de alfabetização não se restringe à implementação de estratégias metodológicas, mas implica na constituição de uma nova base organizativa para as ações de alfabetização no país, ao mesmo tempo em que destaca o papel do Estado na indução de

políticas públicas educacionais.

É nesse cenário de reestruturação das políticas de alfabetização que emerge, no âmbito do Distrito Federal, o Programa Alfaetrando. Inspirado nos princípios orientadores do CNCA, o Alfaetrando propõe-se a dialogar com as especificidades locais, articulando formação docente, práticas pedagógicas contextualizadas e valorização dos saberes escolares e comunitários.

Diante do panorama nacional e da institucionalização do CNCA, tornou-se necessário compreender como tais diretrizes vêm sendo interpretadas e materializadas no contexto específico do Distrito Federal. Para isso, esta pesquisa adotou a análise documental como metodologia, conforme apresentado a seguir.

3 Procedimentos metodológicos

Por compreender que os fenômenos educativos são complexos, dinâmicos e carregados de significados que não podem ser reduzidos a números ou variáveis puramente mensuráveis, o presente estudo adota a abordagem qualitativa como meio de compreensão da dinâmica que fundamenta o Programa Alfaetrando (Bogdan e Biklen, 1994).

O procedimento metodológico utilizado foi a análise documental, uma vez que o foco da pesquisa recai sobre os documentos institucionais, pedagógicos e normativos que compõem o Programa Alfaetrando, contribuindo para compreender o conteúdo, o contexto e os sentidos expressos nos documentos (Cellard, 2008). O acesso aos documentos se deu por meio dos portais oficiais da SEEDF e do Sistema Integrado de Normas Jurídicas.

O corpus documental analisado inclui o Decreto nº 45.495, de 19 de fevereiro de 2024, que instituiu o Programa Alfaetrando no DF; o documento “Orientação para o acompanhamento pedagógico: Alfaetrando (SEEDF, 2025); o Caderno do Professor (SEEDF, 2024); o Currículo em Movimento do Ensino Fundamental – Anos iniciais (SEEDF, 2018) e como base de referência nacional, o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A escolha desse corpus documental reflete uma preocupação metodológica em contemplar tanto os marcos normativos nacionais quanto as orientações locais que fundamentam o Programa Alfaetrando. Tal decisão permite um olhar mais abrangente sobre as relações entre as políticas nacionais e suas ressignificações no âmbito distrital, garantindo uma análise que considera múltiplos níveis de formulação e implementação da política educacional.

A próxima seção analisará as origens e os fundamentos desse programa, com base em seus documentos institucionais e diretrizes de implementação, a fim de compreender em que medida ele materializa os compromissos assumidos nacionalmente em favor de uma alfabetização crítica, equitativa e inclusiva.

4 Entre diretrizes e práticas: a construção do alfaetrando no Distrito Federal

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a partir dos pressupostos epistemológicos da Pedagogia Histórico Crítica, da Psicologia Histórico-cultural e do Currículo em Movimento, tem como objetivo didático e pedagógico a alfabetização articulada às práticas sociais, ou seja, uma alfabetização crítica da realidade.

Na SEEDF, a construção do conhecimento se dá com a convivência, nas relações com os pares, nas experimentações, nas construções, nas desconstruções e nas reconstruções do real e do imaginário, transpassadas pelo que é desafiador. Por isso, deve-se oportunizar aos estudantes situações pedagógicas impregnadas de sentidos para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da socialização, da iniciativa, da autoestima, da autonomia e da criticidade. Compreendendo, assim, as crianças como atores sociais ativos, inseridos em diferentes contextos culturais, e, por isso, seres que trazem uma diversidade de saberes para o cotidiano escolar (Distrito Federal, 2024, p. 12).

A proposta apresentada compreende o trabalho pedagógico de alfabetização e letramento como um processo que se dá nas relações sociais e na experimentação do mundo letrado, garantindo, assim, uma educação crítica e reflexiva. O Programa de Alfabetização e Letramento do DF, ao propor percursos formativos voltados à qualificação das práticas alfabetizadoras, se insere nesse cenário como uma política pública que busca fortalecer a atuação e a construção do perfil dos professores da rede pública do Distrito Federal.

A partir dos eixos estruturantes e da meta do CNCA, o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação, organiza o Alfailetrando como uma política voltada à formação continuada de professores alfabetizadores, ao acompanhamento pedagógico qualificado e à valorização das práticas educativas contextualizadas. O Programa assume como maior objetivo a alfabetização de todas as crianças até os sete anos de idade, respeitando sua diversidade e promovendo seu desenvolvimento integral.

Segundo as Orientações para o Acompanhamento Pedagógico do Alfailetrando (2025), o Programa estrutura-se a partir de cinco eixos norteadores, diretamente alinhados à lógica do CNCA, são eles: Governança e Elaboração de Política Distrital de Alfabetização; Formação dos Profissionais da Educação e Acompanhamento Pedagógico; Melhoria da Infraestrutura e Insumos Pedagógicos; Sistema de Avaliação; e Reconhecimento de Práticas Pedagógicas Exitosas.

A execução dos eixos norteadores do Programa é realizada de forma colaborativa entre as instâncias da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, das Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e das unidades escolares, conforme abaixo:

Quadro 2 – Execução e Acompanhamento dos eixos norteadores do Programa Alfailetrando

Eixo Estratégico	Responsável pela Execução	Instância de Acompanhamento
------------------	---------------------------	-----------------------------

Governança e Elaboração de Política Distrital de Alfabetização	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)	Comitê Distrital da alfabetização (Codalfa)
Formação dos Profissionais da Educação e Acompanhamento Pedagógico	Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. (EAPE)	Rede Distrital de Alfabetização e Letramento (Redalfa)
Melhoria da Infraestrutura e Distribuição dos Insumos Pedagógicos	Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SEEDF	Gestores escolar e Coordenação Regional de Ensino (CRE)
Sistema de Avaliação	Subsecretaria de Educação Básica (Subeb)	SEEDF, a partir dos dados do Sistema Permanente de Avaliação do DF (Siape-DF) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)
Reconhecimento de Práticas Pedagógicas Exitosas	Subsecretaria de Educação Básica (Subeb)	Comitê Distrital da Alfabetização (Codalfa)

Fonte: Elaborado a partir do Decreto nº 45.495, de 19 de fevereiro de 2024

A estrutura de execução e acompanhamento apresentada revela uma intencionalidade de fortalecer a intersetorialidade dentro da própria Secretaria de Educação, criando instâncias de acompanhamento que favorecem o diálogo entre a gestão central, as regionais e as escolas. Assim, o desenho institucional, embora robusto, demanda constante avaliação de sua capacidade de gerar impactos reais na qualidade da alfabetização.

Quanto à dimensão pedagógica, o Alfaletando se estrutura em uma abordagem que compreende a alfabetização como um processo de produção de sentidos e de leitura do mundo, e não apenas como a decodificação de grafemas e fonemas. Neste sentido, as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento privilegiam o uso de textos socialmente significativos, e a inserção dos estudantes em práticas de linguagem uma vez que “[...] o ensino, então não fica restrito à transmissão de conteúdos, às decodificações isoladas de letras e sons e à prática de avaliação que valorizem apenas o caráter quantitativo ao final de cada bimestre” (Distrito Federal, 2024, p. 12).

Essa abordagem, ao valorizar a linguagem como prática social e os estudantes como sujeitos históricos, contribui para o avanço de uma concepção de alfabetização que ultrapassa os limites da decodificação mecânica. Assim, o ensino da leitura e da escrita é atravessado por valores culturais e políticos, exigindo que o docente organize tempo, espaços e materiais de forma intencional e sensível às singularidades de seus alunos.

No campo curricular, o Programa reafirma os pressupostos epistemológicos da SEEDF expressos no Currículo em Movimento² do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais (2018), visto

² O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, instituído democraticamente em 2014 e atualizado em 2018, é o principal documento que norteia os pressupostos teóricos e metodológicos dos processos

que a organização do conteúdo e das práticas curriculares valorizam o conhecimento como construção coletiva, conectando às práticas sociais à linguagem.

A organização do trabalho pedagógico na perspectiva das teorias críticas e pós-críticas, do currículo integrado, da alfabetização, do letramento e da ludicidade exige do professor uma práxis dialética, repleta de construções e desconstruções em busca de melhores metodologias que auxiliarão o estudante a usar eficientemente a leitura e a escrita em situações da vida em sociedade (Distrito Federal, 2024, p. 18).

Assim, o currículo deixa de ser um instrumento prescrito para se tornar um espaço de mediação entre os saberes escolares e os saberes dos sujeitos, promovendo aprendizagens que contribuam para a emancipação e a formação integral das crianças.

Esse movimento curricular, ao adotar uma perspectiva crítica e integrada da alfabetização, busca romper com modelos tradicionais de ensino, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos e socialmente conscientes.

Dessa forma, o Programa Alfaletando, ao se estruturar a partir de eixos que integram gestão, formação, avaliação e valorização das práticas pedagógicas, representa mais do que uma ação técnico-administrativa: configura-se como uma política pública de formação de sujeitos.

5 Entre políticas e práticas: síntese, limites e perspectivas

O presente estudo buscou analisar a estrutura, os fundamentos e a proposta pedagógica do Programa Alfaletando no Distrito Federal, à luz das diretrizes estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e das políticas educacionais locais. Ao longo do texto, evidenciou-se que o Alfaletando representa um esforço político e pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no sentido de enfrentar os desafios históricos da alfabetização e do letramento, especialmente no que tange à superação das desigualdades educacionais que afetam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de milhares de crianças.

A análise documental revelou que a concepção do Programa Alfaletando se ancora em pressupostos teóricos alinhados à Pedagogia Histórico-Crítica, à Psicologia Histórico-Cultural e aos princípios do Currículo em Movimento, o que confere à política uma orientação voltada para a valorização da linguagem como prática social, para o reconhecimento das especificidades culturais dos estudantes e para a centralidade da formação docente como elemento estruturante da qualidade da alfabetização.

Observou-se, ainda, que a organização administrativa e pedagógica do Programa, com seus cinco eixos norteadores, demonstra um compromisso com a gestão democrática, a formação continuada, a distribuição de insumos pedagógicos, a avaliação diagnóstica e o reconhecimento das boas práticas. Contudo, a efetivação desses princípios no cotidiano das escolas públicas do DF depende de fatores como o investimento contínuo em infraestrutura, a

garantia de condições de trabalho para os professores e o fortalecimento dos processos de acompanhamento pedagógico.

Como limite da pesquisa, destaca-se o recorte metodológico exclusivamente documental, que não contemplou a escuta de professores, gestores ou estudantes envolvidos na implementação do Programa. Tal delimitação, embora metodologicamente justificada, restringe o olhar sobre os impactos concretos da política nas práticas pedagógicas e nos processos de aprendizagem.

Diante disso, recomenda-se que futuras investigações avancem para abordagens que incluam pesquisa de campo, análises de impacto e avaliação das práticas docentes mediadas pelo Alfaetrando, a fim de aprofundar a compreensão sobre os efeitos reais da política na aprendizagem das crianças. Além disso, torna-se fundamental acompanhar os desdobramentos da implementação do Programa nos próximos anos, especialmente no que se refere à sua sustentabilidade e continuidade diante das possíveis mudanças nas gestões políticas e educacionais.

Em síntese, o Alfaetrando representa uma iniciativa promissora no contexto das políticas públicas de alfabetização no Distrito Federal, articulando princípios nacionais e demandas locais. Sua análise permite refletir sobre os desafios e as possibilidades da construção de políticas educacionais mais equitativas, democráticas e sensíveis às múltiplas realidades das escolas públicas brasileiras.

Referências

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Mais de 56 mil crianças integram o Bloco Inicial de Alfabetização no DF**. Brasília, DF: Agência Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6-7, 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 45.495, de 19 de fevereiro de 2024**. Institui o Programa de Alfabetização do Distrito Federal – Alfaetrando. **Diário Oficial do Distrito Federal**: seção 1, Brasília, DF, p. 1-2, 20 fev. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno do professor: Programa Alfaetrando**. Brasília, DF: SEEDF, 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em movimento da educação básica**: ensino fundamental – anos iniciais. Brasília, DF: SEEDF, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações para o acompanhamento pedagógico**: Programa Alfabetrando. Brasília, DF: SEEDF, 2025.

NASCIMENTO, Maria do Carmo de Oliveira do. **Políticas de alfabetização**: entre avanços e retrocessos. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SEGOV. Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. **Taxa de analfabetismo**: Distrito Federal apresenta um dos menores índices do país. Brasília, DF: SEGOV, 2024. Disponível em: <https://www.df.gov.br>. Acesso em: 6 jun. 2025.

Recebido em: 17 de maio de 2025
Publicado em: dezembro de 2025